



## Proposta de Deliberação Nº 53/2018

**Serviço:** Presidente

**Assunto:** Estatuto do Direito de Oposição

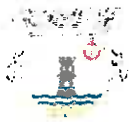
O Estatuto do Direito de Oposição (EDO) foi aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio e assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das Autarquias Locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.

O conteúdo do direito de oposição traduz-se na actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais, de natureza representativa (artº 2º) de que são titulares os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos que não estejam representados no correspondente órgão executivo, conforme resulta do artº 3º, nº 1 ambos do EDO.

O referido diploma legal consagra nos artigos 4º a 8º toda uma constelação de direitos designadamente de **informação** pelos órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade (artº 4º), de **consulta prévia** sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividades (artº 5º, nº 3), de **participação** no sentido de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o **direito de presença e participação** em todos os actos e actividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (artº 6º) e no **direito de depor**, através de representantes por si livremente designados, perante quaisquer comissões constituídas para a realização de relatórios, inquéritos, inspecções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias relevantes de interesse local. (artº 8º)

A operacionalização dos direitos estatutários que o EDO confere aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo, respectivamente, o IOMAF, PS, PSD, CDS, CDU, PAN e BE que venham a ser exercidos, é objecto de um relatório de avaliação a publicitar no site institucional da União de Freguesias.

O período temporal a que se reportaria o Relatório de Avaliação, seria o de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. Porém, em **1 de outubro** do ano passado



União das Freguesias de Oeiras S. Julião da Barra,  
Paço de Arcos e Caxias

realizaram-se as eleições para as autarquias locais, tendo os órgãos executivo e deliberativo tomado posse no dia **24** do mesmo mês.

É certo que compete à junta de freguesia dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição nos termos do artº 16º, nº 1 alínea tt) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

A verdade é que o actual executivo, saído dessas eleições, está **objectivamente impossibilitado** de atestar os termos em que o Estatuto do Direito de Oposição terá sido operacionalizado durante o ano de **2017** e, nessa medida, de fazer um **juízo avaliativo** traduzido na aquilatação do **grau de observância** do respeito pelo seu cumprimento. Diferentemente acontecerá em março do próximo ano.

O princípio é o de que os titulares dos órgãos autárquicos apenas serão responsáveis pelos actos que tenham ou não praticado no exercício das suas funções e por causa delas. Fora delas, não pode ser imputada qualquer responsabilidade política em virtude da legitimação [política] advir da investidura para o exercício do mandato autárquico.

Não está por isso o actual executivo onerado no dever de elaborar um relatório de uma actividade que não acompanhou e para o qual não foi directa ou indirectamente responsável.

**Nestes termos:**

- Considerando o disposto no artº 9º, nº 2 alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que o executivo delibere favoravelmente o seguinte:

Informar a Assembleia de Freguesia da impossibilidade objectiva do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos e pelos fundamentos que antecedem.

Oeiras, 28 de março de 2018.

A Presidente

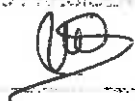
  
Madalena Castro

FREGUESIA DE OEUROS E SÃO JULIÃO  
DA BARROSA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS

DELIBERAÇÃO

Approvada por  
unanimidade  
dos presentes.

O PRESIDENTE,

28.3.2018 

**Lei n.º 24/98**

de 26 de Maio

**Aprova o Estatuto do Direito de Oposição**

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 114.º, 161.º, alínea c), 164.º, alínea h), e 166.º, n.º 3, e do artigo 112.º, n.º 5, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

**Artigo 1.º****Direito de oposição**

É assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.

**Artigo 2.º****Conteúdo**

1 — Entende-se por oposição a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.

2 — O direito de oposição integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei.

3 — Os partidos políticos representados na Assembleia da República, nas assembleias legislativas regionais ou em quaisquer outras assembleias designadas por eleição directa relativamente aos correspondentes executivos de que não façam parte exercem ainda o seu direito de oposição através dos direitos, poderes e prerrogativas concedidos pela Constituição, pela lei ou pelo respectivo regimento interno aos seus deputados e representações.

**Artigo 3.º****Titularidade**

1 — São titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo.

2 — São também titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nas câmaras municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas.

3 — A titularidade do direito de oposição é ainda reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico, nos termos dos números anteriores.

4 — O disposto na presente lei não prejudica o direito geral de oposição democrática dos partidos políticos ou de outras minorias sem representação em qualquer dos órgãos referidos nos números anteriores, nos termos da Constituição.

**Artigo 4.º****Direito à informação**

1 — Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e directamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade.

2 — As informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.

**Artigo 5.º****Direito de consulta prévia**

1 — Os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo têm o direito de ser previamente consultados por este em relação às seguintes questões:

- a) Marcação da data das eleições para as autarquias locais;
- b) Orientação geral da política externa;
- c) Orientação geral das políticas de defesa nacional e de segurança interna;
- d) Propostas de lei das grandes opções dos planos nacionais e do Orçamento do Estado;
- e) Demais questões previstas na Constituição e na lei.

2 — Os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e que não façam parte do correspondente governo regional têm o direito de ser ouvidos sobre as seguintes questões:

- a) Propostas de plano de desenvolvimento económico e social e de orçamento regional;
- b) Negociações de tratados e acordos internacionais que directamente digam respeito à Região Autónoma e acompanhamento da respectiva execução;
- c) Pronúncia, por iniciativa do respectivo governo regional, ou sob consulta dos órgãos de soberania, relativamente às questões da competência destes respeitantes à respectiva Região Autónoma;
- d) Outras questões previstas na Constituição, no respectivo estatuto político-administrativo e na lei.

3 — Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade.

4 — Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 4.º

**Artigo 6.º****Direito de participação**

Os partidos políticos da oposição têm o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e

legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os actos e actividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem.

#### Artigo 7.º

##### Direito de participação legislativa

Os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo têm o direito de se pronunciar no decurso dos trabalhos preparatórios de iniciativas legislativas do Governo relativamente às seguintes matérias:

- a) Eleições;
- b) Associações e partidos políticos.

#### Artigo 8.º

##### Direito de depor

Os partidos políticos da oposição têm o direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspecções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse nacional, regional ou local.

#### Artigo 9.º

##### Garantias de liberdade e independência dos meios de comunicação social

1 — Os partidos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo têm o direito de inquirir o Governo, e de obter deste informação adequada e em prazo razoável, sobre as medidas tomadas para efectivar as garantias constitucionais de liberdade e independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, de imposição dos princípios da especialidade e da não concentração das empresas titulares de órgãos de informação geral, de tratamento não discriminatório e de divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos mesmos órgãos.

2 — Os mesmos partidos têm ainda o direito de inquirir o Governo, e de obter deste informação adequada e em prazo razoável, sobre as medidas tomadas para assegurar uma estrutura e um funcionamento dos meios de comunicação social do sector público que salvaguardem a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os demais poderes públicos, bem como sobre a garantia constitucional da possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

3 — De iguais direitos gozam os partidos representados nas assembleias legislativas regionais e que não façam parte dos correspondentes governos regionais relativamente aos órgãos de comunicação social da respectiva Região.

#### Artigo 10.º

##### Relatórios de avaliação

1 — O Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais elaboram, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se refi-

ram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei.

2 — Esses relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem.

3 — Ao pedido de qualquer dos titulares mencionados no número anterior podem os respectivos relatório e resposta ser objecto de discussão pública na correspondente assembleia.

4 — A fim de facilitar o sistema de avaliação previsto nos números anteriores, os concessionários dos serviços públicos de radiotelevisão e radiodifusão elaboram e remetem à Assembleia da República relatórios periódicos sobre a forma como foram ou deixaram de ser efectivados, no âmbito da respectiva actividade, os direitos e as garantias de objectividade, rigor, independência e pluralismo da informação assegurados pela Constituição e pela lei.

5 — Os relatórios referidos nos números anteriores são publicados no *Diário da República*, nos jornais oficiais de ambas as Regiões Autónomas ou no diário ou boletim municipal respectivo, conforme os casos.

#### Artigo 11.º

##### Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 59/77, de 5 de Agosto.

Aprovada em 2 de Abril de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Promulgada em 6 de Maio de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 14 de Maio de 1998.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

#### Lei n.º 25/98

de 26 de Maio

Altera o Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho (estabelece princípios gerais de salários e gestão de pessoal da função pública)

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 161.º, alínea c), e 166.º, n.º 3, e do artigo 112.º, n.º 5, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

#### Artigo 1.º

É alterado o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, que passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º

[...]

1 — A celebração de contratos de prestação de serviços por parte da Administração só pode ter lugar nos termos da lei e para execução de trabalhos com carácter não subordinado.

2 — Considera-se trabalho não subordinado o que, sendo prestado com autonomia, se caracteriza por não